



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDAO Nº 558/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 10250/2013.**

**Apenso:** Processo nº. 10056/2013

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsáveis:** Sr. Williames Kleber Ferreira Alves.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 43/2014 (fls. 215/263).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1737/2014, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 264/265).

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2012.

*Contas irregulares. Revelia. Alcance. Multa. Prazo. Autorizada inscrição na dívida ativa. Recomendação à origem. Arquivamento do processo apenso. Ofício ao Conselho Regional de Contabilidade. Representação ao Ministério Público Estadual.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas,

**9.1- à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator no sentido de:

**9.1.1- CONSIDERAR REVEL**, o Senhor Williames Kleber Ferreira Alves, presidente e ordenador de despesas da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, diante do não atendimento à notificação n.01/03-CI/DICAMI (fls.115/125), nos termos do art.20, §4º, da Lei Estadual n.2423/96 e art.88 do Regimento Interno deste TCE;

**9.1.2- JULGAR PELA IRREGULARIDADE** das contas da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, referente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do ordenador de despesa, Senhor WILLIAMES KLEBER FERREIRA ALVES, conforme o art. 22, inciso III, alínea “a” “b” “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-

**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDAO Nº 558/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**9.1.3- CONSIDERAR EM ALCANCE** o ordenador de despesa, **Willames Kleber Ferreira Alves**, no montante de R\$95.669,50 (noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art.304, inciso VI, da Resolução nº04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido à restrição apontadas no inciso III do item 21 (fls.261).

**9.1.4- APLICAR MULTA** ao ordenador de despesa **WILLIAMES KLEBER FERREIRA ALVES** por ATO PRATICADO COM GRAVE INFRAÇÃO À NORMA LEGAL OU REGULAMENTAR DE NATUREZA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL, com base no art. 54, inciso II, da Lei 2.423/96 c/c com artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno, das restrições dos itens 7.2 a 7.13, no valor de R\$43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos);

**9.1.5- APLICAR MULTA** ao presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, exercício de 2012, **AELSON DANTAS DA SILVA**, e a cada um dos membros da comissão, **CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA** e **CARLOS ANTÔNIO MORAES DOS SANTOS**, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com base no art.51 da Lei nº8666/93, art.54, inciso II, da Lei Estadual nº2.423/96 c/c com artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno, das restrições dos itens 7.10, *a, b, c, d, e, f, g, i, j, l, m, n*, e 7.11, *b*, do Relatório/Voto, **no valor de R\$8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos);

**9.1.6- FIXAR o prazo de trinta dias** para o recolhimento aos cofres públicos pelos responsáveis no valor das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, acrescido da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos dos arts.73 e 74 da Lei Estadual n.2423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE;

**9.1.7- AUTORIZAR** desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.1.8- RECOMENDAR** ao Poder Legislativo de São Gabriel da Cachoeira que:

a) seja observado e cumprido os prazos para a remessa da movimentação contábil via ACP conforme estabelece o art.4º da Resolução 07/02-TCE;

b) proceda ao controle mais efetivo e eficiente no que tange aos seus bens móveis, principalmente no que se refere aos combustíveis;

c) proceda aos devidos repasses de recolhimentos à Previdência Social;

d) seja observado e cumprido os prazos de envio de informações do GEFIS;

e) proceda a criação do Controle Interno na sua estrutura administrativa;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDAO Nº 558/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

f) observe os ditames da Lei nº. 8.666/93, principalmente a formalização dos procedimentos licitatórios e atendimento das especificações do edital.

g) proceda à criação da Procuradoria Jurídica na sua estrutura administrativa;

h) proceda ao fim da verba por sessão extraordinária;

i) proceda a observância das Leis que abordam o Portal da Transparência Pública do órgão.

**9.1.9- JULGAR PELO ARQUIVAMENTO** do processo anexo nº10056/2013, referente ao relatório de transmissão de cargo de chefe do Poder Legislativo;

**9.1.10- OFICIAR** o Conselheiro Regional de Contabilidade sobre as restrições contábeis encontradas na Prestação de Contas da Câmara de São Gabriel da Cachoeira, exercício de 2012;

**9.1.11-** Por fim, **REPRESENTAR AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, de acordo com o inciso XXIV do art. 1º da Lei nº 2.423/96, para apurar a responsabilidade e improbidade administrativa detectadas na instrução processual, por infringência às normas legais já mencionadas e danos ao erário.

**9.2- Por maioria**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator no sentido de:

**9.2.1- APLICAR MULTA** ao Ordenador de Despesa **WILLIAMES KLEBER FERREIRA ALVES**, por inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes, demonstrações contábeis e documentos referentes à receita e despesa, diante da restrição do item 7.1, no valor total de R\$4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), referente a cada mês de competência não encaminhado a esta Corte (maio a agosto de 2012), com base no art.308, II, do Regimento Interno;

**9.2.2- FIXAR o prazo de trinta dias** para o recolhimento aos cofres públicos pelos responsáveis no valor das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, acrescido da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos dos arts.73 e 74 da Lei Estadual n.2423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE;

**9.2.3- AUTORIZAR** desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

*Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.*



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 558/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 30 de setembro de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em exercício.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral